

DOCTRINA

ARTIGOS

Imposto de renda sobre aumento patrimonial decorrente do recebimento de heranças e doações

Hugo de Brito Machado 9

1	Introdução	9
2	A importância da supremacia constitucional.....	10
3	Atribuição constitucional de competência tributária.....	13
4	Imposto sobre doações e heranças	15
5	Conclusões	16
	Referências	16

Anotações sobre o IPTU

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho 19

1	Introdução	19
2	Legislação básica específica do IPTU.....	20
3	Função e característica do IPTU.....	20
4	A competência para instituição e sujeito ativo do IPTU	20
5	Fatos geradores espacial, temporal, material ou substancial e subjetivo passivo do IPTU	23
6	Fato gerador quantitativo do IPTU: base de cálculo, progressividade e diferenciação de alíquotas e lançamento.....	48
7	Conclusão	62
	Referências	62

Acerca da impossibilidade da exigência do PIS e da Cofins sobre as receitas decorrentes de locação de bens móveis

Fábio Martins de Andrade 65

1	A importância do precedente no NCPC.....	65
2	A hipótese em foco	68
3	O conceito constitucional de faturamento.....	69
4	Locação de bens móveis não é prestação de serviço	73
5	Decorência lógica da decisão do STF de que locação de bens móveis não configura prestação de serviços	77
6	O entendimento ampliativo do Min. Cezar Peluso.....	79
7	O conceito constitucional de faturamento e os diplomas legais posteriores às leis instituidoras do PIS e da Cofins (LC nº 7/70 e LC nº 70/91).....	84
7.1	Lei nº 9.718/98	84
7.2	Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03	85
7.3	Lei nº 12.973/14	91
8	A partilha constitucional de rendas	93
9	Conclusão	94
	Referências	96

Aplicação do Regime Especial de Tributação, instituído pela Lei nº 10.931/2004, para receitas de venda de imóveis após a conclusão da obra objeto da incorporação imobiliária

Fabiana Carsoni Alves Fernandes da Silva, Paulo Coviello Filho	99
1 Introdução.....	99
2 Incorporação imobiliária.....	100
3 A afetação patrimonial nas incorporações imobiliárias	101
4 O Regime Especial de Tributação (RET) aplicável às incorporações imobiliárias.....	103
5 A aplicação do RET para receitas auferidas após a conclusão da obra objeto da incorporação	104
6 Conclusão	111
Referências	112

O tratamento tributário do ágio, antes e depois da Lei nº 12.973/14: um estudo comparativo

Yuri Antônio de Souza, Celso de Barros Correa Neto, Júlio Edstron S. Santos	113
1 Introdução.....	114
2 Convergências e afastamentos entre Direito e Contabilidade.....	115
3 Do conceito contábil e tributário de ágio	118
4 Principais alterações de paradigma	122
4.1 Alteração no desdobramento da contabilização e seus efeitos tributários.....	123
4.2 A vedação expressa sobre a amortização fiscal do ágio interno	128
4.3 Exigência de laudo elaborado por perito independente	132
5 Considerações finais.....	134
Referências	136

A tributação da posse imobiliária no Distrito Federal: requisitos normativos e consequências jurídicas do cadastramento imobiliário estatal para fins tributários

Hélio Sabino de Sá, Ronald Alencar Domingues da Silva	139
1 Introdução.....	139
2 Metodologia e objetivos.....	141
3 Marco teórico	141
3.1 A posse enquanto substrato da tributação	141
4 Considerações sobre o processo de lançamento do IPTU.....	148
5 Conclusões	149
6 Considerações finais.....	153
Referências	154

DOCTRINA

PARECER

Contribuição no interesse das categorias: natureza jurídica e função delegada

Ives Gandra da Silva Martins	159
Consulta	159
Resposta	160